



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ACTA N.º 11/2005

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO
DE 2005: -----**

---- Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de dois mil e cinco, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e o Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, Eng.º Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Luís Filipe da Silva Cainé, Pedro Nunes, Narciso Patrão António, Luís Filipe da Cruz Barreto, João Maria Nogueira, Isabel Cristina de Carvalho Jorge, Prof. Maria Elzita de Miranda Seixas, Dr. Luís Miguel Domingues Mingatos, Paulo Jorge dos Santos Grego, Eng.º Virgílio de Miranda Cravo Roxo, Prof. Ana Maria Baião Seabra Ramos, Gabriel Miranda Pinho, Manuel Ferreira Inocêncio, Marco António Saborano Custódio, Prof. Luís Manuel de Jesus Lourenço, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço, António Cardoso Alberto e Mário de Jesus Manata. -----

---- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e quarenta minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido feita a chamada dos membros da Assembleia e verificadas as presenças anteriormente referidas. De seguida, o sr. Presidente da Mesa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

da Assembleia, dirigiu a todos os presentes, elementos da Assembleia, da Câmara Municipal, dos funcionários e do público uma palavra de saudação, do mesmo passo que fez um voto no sentido de que aquela fosse a primeira de muitas sessões de trabalho em que todos contribuam com o melhor do seu esforço para o desenvolvimento do concelho de Mira.-----

---- APROVAÇÃO DA ACTA DA 1ª. REUNIÃO DE FUNCIONAMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2005: -----

---- Pelo sr. 1º. Secretário da Mesa da Assembleia foi lida a acta da 1ª. reunião de funcionamento do Órgão Deliberativo do Município, realizada no dia 28 de Outubro de 2005 e, seguidamente, posta à aprovação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**, com uma correcção introduzida pelo sr. deputado Dr. Raul Almeida, no sentido de passar a constar a declaração de voto por si proferida, antes da eleição, em que tinha dito, sumariamente, que não era apresentada lista, apesar do empate técnico e da existência de um elemento do MEL, mas como achavam que tinha sido o PS o vencedor e assim tinha sido decidido pelo povo de Mira, tinham decidido não apresentar lista, faltando o registo dessa menção na acta. O sr. Presidente da Mesa também se manifestou no sentido de ser adicionado ao texto da acta a formulação de felicitações e a alegria que ali tinha expressado, pela forma como tudo tinha decorrido, em ambiente de franca comunhão democrática, desejando que a democracia e o entendimento perdurassem para sempre, fazendo das diferenças a força que devia impulsionar o concelho de Mira. -----

---- PEDIDO DE INCLUSÃO DE ASSUNTO NA ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO: -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Pelo sr. Presidente foi solicitado ao plenário a inclusão de assunto não contido na Ordem de Trabalhos da sessão, designadamente, a eleição do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação e ainda a eleição do Presidente da Junta representante das Juntas de Freguesia do Concelho, para cumprimento do disposto no artº. 5º. do D.L. nº. 7/2003, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei nº. 41/2003, de 22 de Agosto. Tendo, por todos, sido dado consentimento, foi, assim, acrescentado o ponto seis: “Nomeação do representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação” e o ponto sete: “Eleição do representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação”.-----

---- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

---- Ao iniciar este espaço da reunião, pelo sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro foi feito um apelo no sentido de que as intervenções não fossem demasiado extensas, não devendo, cada uma, alongar-se por mais que três minutos, de modo a ser dado cumprimento ao previsto no regimento em que estava determinada a duração máxima de 60 minutos para o período de antes da ordem do dia.-----

---- Seguiu-se a intervenção do sr. Deputado Carlos Milheirão que, em primeiro lugar, desejou a todos um bom trabalho, durante o presente mandato. Depois, abordou alguns assuntos que eram, para si, de alguma importância não só para a sua freguesia como para todo o concelho, tais como os horários de funcionamento dos cafés, bares, discotecas, etc.; que, a competência para alargar ou restringir os horários desses estabelecimentos era da Câmara Municipal e parecia-lhe que há bem pouco tempo tinha havido a distribuição de horários novos nos comércios da Praia de Mira, pelo que gostaria de ouvir o que o Executivo tinha para dizer sobre o assunto, até porque os comerciantes se queixavam de que havia um cerco apertado por parte das forças da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

autoridade o que impedia ou restringia a vinda das pessoas de fora do concelho, por terem receio das operações stop, não se verificando tal situação, pelo menos não de forma tão acentuada em praias das redondezas, pelo que talvez fosse bom solicitar que houvesse alguma condescendência por parte das autoridades, não deixando, contudo, de executarem o seu dever. Questionou, de seguida, relativamente a diversos assuntos, tais como: destino dos terrenos da Videira Norte, o que já estava feito ou o que iria ser feito na zona, para si, erradamente, designada por habitação social, para si trata-se apenas de loteamento urbano da Videira Norte; sobre a controversa questão da casa mortuária que era motivo de contestação dos habitantes nas imediações do local onde a mesma se pretendia levar a efeito, incluindo ele próprio, até porque a população em geral não tinha sido ouvida e a decisão tinha sido tomada apenas pelo Executivo Municipal e pela Comissão Fabriqueira da Igreja; relativamente aos transportes escolares, havendo queixas de alunos que sistematicamente ficavam a pé, além dos autocarros serem colocados em marcha sem antes as portas estarem devidamente fechadas.-----

---- O deputado Dr. Raul de Almeida, usou da palavra para, em nome da bancada do PSD, se dirigir ao plenário e dizer que, neste início de mandato, esperavam contribuir para o desenvolvimento de Mira e também contribuir para a discussão dos principais problemas e também constituir parte da solução dos problemas do concelho, para o que tentariam fazer uma oposição construtiva, apoiando as iniciativas do executivo que forem julgadas boas e relevantes para Mira; que, esperavam que o executivo adoptasse, em conjunto com a oposição, uma postura de diálogo e de estudo dos problemas, pois a Assembleia era o maior fórum da discussão política a nível concelhio e estavam empenhados em discutir todos os problemas de forma elevada, esperando diálogo e colaboração da parte do Executivo; que, reconhecendo que o Executivo estava em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

exercício há muito pouco tempo, não tendo, por isso, conhecimento profundo de todos os assuntos, mas também todos sabiam que tinham feito uma campanha eleitoral e tinham também feito parte da oposição e havia determinados projectos do anterior Executivo, sobre os quais gostariam de saber qual era a actual posição perante esses mesmos processos, tais como, o processo da modernização administrativa, a circular à Praia de Mira, o plano de urbanização da Praia de Mira, a Variante a Mira, o Centro Cultural de Mira (projecto soberbo e muito útil a Mira) e o Parque Desportivo Municipal. -----

---- O sr. Deputado Pedro Nunes, reiterando as palavras do Dr. Raul de Almeida, disse que iriam tentar ser um oposição atenta, construtiva e colaborante sempre que possível, esperando a mesma retribuição por parte do Executivo Municipal. Reportou-se, de seguida, à intervenção feita na estrada da Barra, alvo de significativa melhoria, quer a nível de piso, quer a nível de segurança, sinalização vertical e horizontal, para o que muito tinha contribuído o esforço do Chefe de Divisão, Engº. Rui Silva, mas era necessário repor as bermas que tinham ficado um pouco baixas, num ou noutro sítio; que, com a intervenção feita, tinha a certeza que muitos acidentes já lá tinham sido evitados, pelo que felicitou o Executivo anterior pela execução da obra e deu os parabéns ao técnico autor do projecto. -----

---- Seguiu-se a intervenção do sr. Presidente da Câmara, Dr. João Reigota que iniciou a sua intervenção dirigindo a todos um voto de cumprimentos e desejos de felicidades pessoais e institucionais para todos. Esclareceu, depois, um pequeno equívoco verificado aquando da tomada de posse dos órgãos eleitos, tendo referido que os elementos da Câmara Municipal se tinham ausentado da sala antes do início da 1ª. sessão de funcionamento por assim ter sido determinado pelo Presidente da Assembleia



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Municipal cessante; que, com o andamento dos trabalhos, não tinham podido regressar a tempo de felicitar os membros da Assembleia, nada mais se tendo passado do que isso e, quem os conhecia, bem sabia que sempre tinham tido respeito pelas assembleias municipais, como órgão mais importante do município e que a atitude tomada e que tinha sido objecto de crítica, nada tinha a ver com desrespeito pelo Órgão, mas tão somente, com o acatamento de uma indicação dada pelo sr. Dr. Gabriel da Frada. Depois deste pequeno esclarecimento, tentou dar resposta às intervenções anteriores, na medida do conhecimento que tinha, uma vez que estavam ainda com muito tempo de exercício de mandato. Assim, começou por dizer que o problema dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, sobretudo da Praia de Mira, era uma questão delicada e que mexia com a sensibilidade e com a vida das populações locais; que, naquele como noutros assuntos, a Câmara Municipal estava a estudar e a ouvir as pessoas e iria em breve solicitar uma reunião com a Junta de Freguesia para, na base do diálogo e da confiança, tendo em vista a resolução dos problemas, se chegar a um resultado positivo; que, nesta fase inicial de mandato, era um pouco assim que se estava a trabalhar, reunindo, conversando com as pessoas e com os organismos locais e regionais, para melhor se inteirarem dos problemas e tentar resolvê-los; que, estavam todos sobejamente sensibilizados para o problema e iriam tentar resolver as coisas pela via da concertação, até com as próprias autoridades locais com quem tencionavam também reunir com vista a debater este e outros problemas de segurança no concelho que necessitavam de ser resolvidos. Relativamente aos terrenos da Videira Norte, disse que era também um assunto que lhes prendia toda a atenção e, ele próprio, tinha designado uma comissão no sentido de ser feito o ponto da situação não só daquele loteamento como também da Zona Industrial Pólo II. Sobre a construção da casa



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mortuária, disse que tinha conhecimento do desagrado das pessoas da Praia de Mira, cujas habitações se situavam nas proximidades e esse era outro assunto que iria fazer parte da ordem de trabalhos de uma reunião a realizar oportunamente com o sr. Presidente da Junta da Praia de Mira. -----

---- No atinente à questão dos transportes escolares, as explicações foram dadas pelo sr. Vereador Dr. Miguel Grego que começou por dizer que à Câmara Municipal chegavam frequentes queixas relativas aos transportes escolares no concelho; que, estavam preocupados com o assunto, estavam já a ser encetadas algumas “démarches” com a empresa transportadora e lançou um apelo no sentido de que as queixas fossem formuladas por escrito, por forma a que se pudesse pressionar mais acutilantemente as autoridades e também a empresa transportadora, uma vez que aquilo a que se tem assistido, é que algumas das acusações feitas à empresa eram apenas verbais e, não existindo nada escrito, era difícil avançar-se com alguma coisa. Sobre o problema de serem deixados alguns alunos a pé, disse que também lhe tinha já sido dado conhecimento através de um habitante da Praia, tendo ele próprio entrado, de imediato, em contacto com a empresa que lhe tinha dito que era mentira, pelo que era necessário uma queixa escrita para que a Câmara, de uma forma concreta, pudesse pressionar mais; que, já tinha agendado uma reunião no sentido de ser reactivada uma antiga comissão ligada aos transportes escolares, hoje já não existente legalmente, a qual era constituída por membros da educação, das forças vivas do concelho e também a empresa transportadora que operava no concelho, uma vez que não estavam satisfeitos com a forma menos própria de actuar da empresa em questão. -----

---- Continuando na resposta às intervenções dos senhores deputados, designadamente do Dr. Raul de Almeida, o sr. Presidente da Câmara disse que concordava e acreditava



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que a oposição desenvolvesse um trabalho construtivo e todos estariam, certamente, de acordo com os princípios básicos, do diálogo, da compreensão, etc. para bem de todos e do próprio concelho. Sobre as questões objectivas a que se tinha reportado o Dr. Raul (Centro Cultural, Variante de Mira, Parque Desportivo, Circular à Praia, Modernização Administrativa, etc), disse que eram tantas que não era possível dar uma resposta com apenas pouco mais de quinze dias de mandato e ainda na fase de análise dos processos, se bem que já havia uma ideia, embora não definitiva, sobre alguns deles; que, o dar continuidade ou não à iniciativa do Executivo anterior, se prendia com muita ordem de ideias, desde logo com a actual capacidade financeira da autarquia, além de outras questões de ordem técnica, se estavam ou não acautelados os financiamentos das obras, se a autarquia tinha ou não capacidade de endividamento e verbas suficientes para fazer face a essas obras, enfim, uma série de questões que tinham que ser acauteladas. Sobre o processo da Modernização Administrativa, disse que, naturalmente, se mantinha em curso, mas havia outras questões que estava a analisar para, posteriormente, apresentar em reunião do Executivo e também em Assembleia Municipal. Relativamente ao Centro Cultural de Mira, disse que tinha em seu poder algumas queixas de particulares por danos causados pela execução da obra, designadamente no logradouro da casa do sr. Vítor Milheirão, tendo havido mesmo invasão de propriedade privada, além de inúmeros prejuízos causados na respectiva habitação. No que diz respeito à estrada da Barra, disse que, em sua opinião, aquela estrada, pelas suas características próprias, apesar da intervenção de que tinha sido objecto, continuava a ser uma estrada perigosa em termos de acidentes e algo mais tinha que ser feito para os reduzir ao máximo, pelo que disse ter registado a intervenção do sr. Pedro Nunes e disse que, o mais rapidamente



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

possível, iriam procurar intervir naquela zona, até por uma questão de segurança que, aliás, devia fazer parte da prática diária e das intenções da autarquia no dia-a-dia. -----

---- Invocando o direito de resposta, o sr. Deputado Dr. Raul Almeida interveio, de novo, para solicitar que nas reuniões que forem feitas com a Junta de Freguesia a propósito dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, não fosse esquecida a Associação Empresarial de Mira, pois a mesma, como representante de uma grande parte dos empresários do concelho, estava sempre disposta a colaborar. Quanto às questões que tinha colocado, tinha sido no sentido de perceber, mais do que a orientação técnica, qual seria a orientação política do Executivo, no sentido de saber qual era a opinião que vigorava em relação àquelas obras que tinham sido iniciadas no mandato cessante, se eram consideradas obras importantes e estruturantes para o concelho ou se, pelo contrário, eram obras que não teriam qualquer interesse ou qualquer relevância, não deixando, contudo, de salvaguardar o curto espaço de tempo de que dispunham para se inteirarem de todos os processos existentes. Sobre as questões orçamentais, tanto quanto sabia, algumas daquelas obras já estavam contempladas em orçamentos anteriores, pelo que pretendia que fosse dada uma explicação e que fosse dada uma opinião política e não técnica. -----

---- O sr. Presidente da Câmara respondeu que as questões de ordem política não se podiam separar das questões de ordem técnica e financeira e se todas aquelas obras tivessem os financiamentos devidamente acautelados, seriam, certamente boas obras, mas num concelho como o de Mira, atendendo à linha de prioridades que devia ser estabelecida, face às carências ainda existentes, algumas delas teriam forçosamente que ser repensadas. Sobre a sugestão de se ouvir a Associação Empresarial de Mira, disse que era sua intenção ouvir todas as associações do concelho. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Registrou-se, depois, a intervenção do sr. Deputado Gabriel Pinho que começou por dizer que se congratulava e agradecia ao técnico que tinha tido a ideia de plantar as árvores na Avenida 25 de Abril, que ficavam muito bonitas. Em segundo lugar, informou que, as eleições autárquicas tinham sido em Outubro passado e todas as forças políticas, passado uma semana, tinham retirado os cartazes e outro material de propaganda, com excepção do PS e do Partido Comunista e perguntou se seriam para ficar para dali a 4 anos ou se o PS era mais do que os outros partidos, para além de que algum do material de propaganda deste partido tinha sido retirado por pessoal da Câmara. Por outro lado, disse que tinha observado a preocupação da Câmara a retirar alguns cartazes, nomeadamente no Seixo, aquando da visita da imagem peregrina da Nossa Senhora de Fátima, mas também ao terceiro dia após a tomada de posse ser retirado, por uma máquina da Câmara, uma cartaz que se encontrava na entrada da Praia de Mira, para si muito bonito, com imagens do concelho, referente a publicidade ao concelho de Mira; que, se fosse para ter sido substituído por outro, ainda podia compreender, mas parecia-lhe que não, porque ainda não tinha lá sido colocado mais nenhum a substituir aquele.-----

---- O sr. Prof. Luís Lourenço interveio para dizer que estava a ser iniciado um novo ciclo autárquico e que, se a renovação era sempre motivo de esperança, também se constatava que, presentemente, se verificava uma grande falta de esperança na sociedade em geral e também alguma desconfiança na política e nos seus agentes; que, todos os que ali estavam deveriam ser dignos do lugar que ocupavam, no sentido de dignificar a política, embora não se considerasse político; que, a política era uma causa nobre e todos deviam pautar as suas actuações por esse critério, até porque essa seria a forma possível de ajudar a esbater a imagem negativa que hoje os cidadãos tinham da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

política e dos políticos; que, por força das circunstâncias e porque achava que o Executivo era sempre aquele que tinha maior visibilidade na sua actuação, certamente que teria que fazer por isso e, como tal, achava importante referir alguns chavões, ou seja: rigor e exigência na análise das várias situações e uma acção pautada pela transparência, pela isenção e pela equidade. Disse ainda que, o sr. Presidente da Câmara, na tomada de posse, a dada altura, tinha referido que pretendia ser o presidente de todos os Mirenses e, para tal, teria que aplicar os chavões que tinha referido. A terminar, disse que, embora fosse da oposição, não fazia oposição ao desenvolvimento do concelho e, por isso, desejava os maiores sucessos para este mandato, na certeza de que, daí adviria o sucesso do concelho de Mira e dos Mirenses. -----

---- Interveio, seguidamente, o deputado Dr. Juan António que começou por saudar especialmente os novos elementos que compunham a Assembleia Municipal e expressar um voto para que constituíssem uma mais-valia para o Órgão Deliberativo. Disse, depois, que iria ser breve na sua intervenção, até porque já tinha havido muitas e também tinha que ser tido em conta o pouco tempo de exercício do Órgão Executivo. Aproveitou, também, para esclarecer uma situação que tinha ainda a ver com a tomada de posse, pois achava que tinha havido uma inversão na altura, que tinha gerado alguma confusão, ou seja, deveria ter sido dada, em primeiro lugar a posse à Assembleia e só depois à Câmara Municipal; que, a atmosfera que estava criada, tinha levado à inversão da ordem natural das coisas e não tinha havido nenhuma intenção de subtrair ou “despachar” o actual Executivo, apenas tinha havido um aligeirar do protocolo inicial, sem qualquer outra intenção. Terminou, desejando que a actual legislatura corresse de forma profícua para todos, prometendo, da sua parte, continuar a exercer a sua posição de igual forma e que todos estavam ali por um denominador comum, que era o facto de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

todos gostarem de Mira, independentemente das cores partidárias de cada um, e que poderiam contar com a bancada do PSD para o que fosse necessário, para o bem do concelho.-----

---- Seguidamente, usou da palavra o sr. Presidente da Câmara para responder às intervenções anteriores, tendo começado por dizer ao sr. Deputado Gabriel Pinho que duas das perguntas por si apresentadas deviam ter sido endereçadas ao Partido Socialista e ao Partido Comunista e não ao Presidente da Câmara Municipal; que, de qualquer modo, tinha já mandado retirar toda a propaganda política espalhada pelo concelho, tendo sido recolhida já grande parte do material, supondo que, brevemente, seriam concluídos os trabalhos. Quanto à placa existente à entrada da Praia de Mira e que tinha sido retirada, confirmou que tinha ordenado alguma limpeza e mandado retirar algumas placas e, no caso concreto daquela a que se tinha referido o sr. Gabriel Pinho, esclareceu que a intenção era de que fosse substituída por uma outra que tivesse directamente a ver com a Praia de Mira, pois achava que a anterior, na sua perspectiva, estaria bem colocada à entrada do concelho, uma vez que continha referência ao concelho na sua globalidade e no mesmo sítio ficaria melhor uma que contivesse menções específicas à Praia, como a bandeira azul e outras questões relativas à freguesia, não tendo havido qualquer intenção de desvalorizar a placa em si. Por fim, referindo-se à intervenção do deputado Prof. Luís Lourenço, disse que comungava do que tinha sido por si afirmado e que era Presidente de todos os Mirenses, mas isso não queria dizer que todos concordassem consigo, até porque, em democracia, a diversidade tinha que ser respeitada e pelo facto de politicamente ou mesmo em termos de gestão não concordarem com ele, não queria dizer que não representasse o concelho em todos os momentos e era nessa perspectiva que dizia que era o Presidente de todos os Mirenses,



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

mesmo daqueles que não gostavam da si pessoalmente, mas no fundamental todos se entendiam relativamente aos valores que todos deviam defender. -----

---- Invocando o direito de resposta, o deputado sr. Gabriel Pinho, disse que tinha gostado da resposta do sr. Presidente da Câmara relativamente à placa que estava anteriormente colocada à entrada da freguesia da Praia de Mira e já sabia que isso era uma promessa eleitoral, apenas tinha querido confirmar e no que respeita à questão dos partidos, disse que competia à Câmara Municipal avisá-los de que já era tempo de recolherem todo o material de propaganda e não a ele próprio, por isso tinha ali abordado o assunto.-----

---- Interveio o deputado Luís Filipe Barreto que começou por endereçar um voto de felicitações a todos os membros eleitos para os diferentes órgãos municipais, particularmente os elementos que integram a Assembleia e a Câmara Municipal pela primeira vez e a todos desejar um bom trabalho para os próximos quatro anos. A seguir, solicitou ao sr. Presidente da Câmara que o informasse quais eram os elementos que compunham a Comissão da Videira Norte e também do Pólo II da Zona Industrial, uma vez que desconhecia quem tinham sido as pessoas indigitadas e também quais os critérios para integrar a mesma. Prosseguiu, depois, reportando-se a algumas das obras em curso iniciadas pelo anterior Executivo, outras a meio do seu curso, algumas delas paradas, outras a prosseguir normalmente, subsistindo-lhe a seguinte dúvida: naturalmente, quando o sr. Presidente se tinha candidatado à Câmara Municipal, tinha uma ideia definida para o concelho, tendo sido criticadas algumas das obras em curso, sendo, por isso, natural que os munícipes e alguns dos membros da Assembleia se sentissem preocupados com o futuro dessas obras, sendo inquietante que se deixasse uma obra incompleta e gostaria que o sr. Presidente da Câmara explicasse se essas obras



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

eram ou não consideradas prioritárias; que, compreendia as dificuldades orçamentais, até porque já vinham detrás e, por isso, tal como na vida particular de cada um, eram estabelecidas prioridades e deixado para segundo plano aquilo que não era de necessidade imediata ou não era considerado infra-estruturante, daí que gostasse de ser informado sobre o que era prioritário, no plano político, uma vez que no plano técnico era diferente, porquanto uma obra que não fosse prioritária seria realizada quando houvesse a melhor oportunidade de a fazer e não de imediato. A concluir a sua intervenção, perguntou ainda qual era o ponto da situação da obra de arranjo urbanístico do Largo da Presa, obra que já se encontrava iniciada e a obra de execução do saneamento na localidade da Presa em que a obra estava parada e as suas preocupações eram ainda mais agravadas quando o actual Presidente da Câmara, enquanto Vereador do anterior Executivo, na oposição, tinha sido desfavorável à realização dessas obras. -----

---- O deputado sr. Narciso Patrão interveio para lembrar a necessidade de intervenção no edifício dos Paços do Concelho, designadamente ao nível da pintura exterior que estava bastante degradada. Falou, depois, do problema da acumulação de águas junto à Rua Raul Brandão, ali já abordado por si, inúmeras vezes, desde o anterior mandato do actual Presidente da Câmara, tendo solicitado que fosse ali executada uma sarjeta ou uma grelha para escoar as águas, uma vez que recentemente, por altura das eleições, tinham lá colocado apenas alcatrão, mas nada tinha ficado resolvido. Sobre as obras transitadas do anterior Executivo, quis saber se era ou não intenção executá-las e disse que não concordava que tivessem deitado abaixo, em véspera de eleições, o Mercado de Mira para o transformar em creche, assim como não concordava com o Centro Cultural



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que, para si, não passava de um mamarracho com uma altura exagerada nas traseiras que retirava a beleza da própria escola.-----

---- O deputado sr. João Maria Nogueira interveio para dizer que a comunicação social tem vindo a difundir notícias assustadoras, alarmantes, acerca da gripe das aves, tendo a mesma comunicação social falado, há poucos dias, sobre a Barrinha da Praia de Mira; que, como todos sabiam a Barrinha estava super-povoada de lindos patos bravos, patos reais, galeirões e rabilas e também de garças brancas que eram aos milhares, além das simpáticas rolas turcas; que, a maior parte desses aves, com excepção das garças, nidificavam ali mesmo, tendo deixado quase de ser aves de arribação para serem aves autóctones, criando, vivendo e morrendo cá; que, para além disso, existia ainda na Praia de Mira, duas casas de comércio de aves, devidamente legalizadas e fiscalizadas pela inspecção veterinárias; que, tendo em conta tantas aves selvagens e perante tal ameaça tão assustadora, gostaria de saber se já tinha sido tomada ou iria ser tomada alguma medida, para o caso de vir a aparecer alguma ocorrência suspeita.-----

---- Respondendo à questão levantada pelo deputado sr. Luís Filipe Barreto, o sr. Presidente da Câmara esclareceu que a comissão da Videira Norte era uma comissão interna, composta por funcionários e Vereadores da Câmara e os critérios eram estabelecidos internamente pelo Presidente da Câmara; que, a comissão se destinava a avaliar, numa primeira fase, o ponto da situação do problema e tentar resolvê-lo, mas se fosse verificada a necessidade de alargar a composição da comissão a outras sectores, ou mesmo a outros órgãos municipais, também não via nisso qualquer problema; que, já se tinha feito duas reuniões para se iniciar a recolher dados e se tentar fazer a análise da situação dos dois empreendimentos, Videira Norte e Pólo II; que, o sr. Deputado tinha dito que tinha uma ideia para concelho e, naturalmente que, em 15 dias, não tinha



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

perdido essa ideia, que estava preocupado com os problemas do concelho e uma coisa era aquilo que politicamente se idealizava e outra era o que existia, em concreto, no terreno, ou seja, obras lançadas em véspera de eleições que estavam a dar problemas não só de ordem técnica como também de ordem financeira e até a prejudicar vizinhos, como era o caso do Centro Cultural de Mira, entre outros problemas. Sobre a obra da Presa, esclareceu que tinha sido desfavorável à mesma, não contra a obra em si, mas contra porque tinha também uma ideia para aquele local, que alargava o espírito da mesma ao sector cultural, dada a relação que aquela localidade teve com a família dos Tavares, por isso a sua ideia era diferente, além de não concordar, assim como muitos residentes na Presa, com a localização da Capela Mortuária, pelo que achava que aquela situação devia ser revista. Sobre a obra do saneamento, disse que era um perigo o que ali existia, com cisternas abertas, próximo das quais brincavam crianças e a Câmara Municipal estava a tentar degolar o problema; que, a postura da Câmara era tentar aproveitar o que de bom existia nas obras já iniciadas e tentar corrigir o que estava mal feito e ainda era possível corrigir, para isso tinham sido eleitos. -----

---- Sobre a intervenção do sr. Narciso, recordou que o edifício da Câmara Municipal tinha sofrido uma grande reparação no seu anterior mandato e compreendia que agora precisava de nova reparação, sobretudo na parte exterior, estando já os serviços técnicos a trabalhar nisso; que, se relativamente a algumas obras tivessem que voltar atrás naquilo que tinham afirmado, o fariam com toda a humildade, explicando à Assembleia Municipal a posição assumida, pois não estavam ali de forma dogmática para manter posições anteriormente assumidas, pelo contrário, estavam dispostos a adaptarem-se às realidades e dentro dessa linha tentar gerir o concelho. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Relativamente ao problema da gripe das aves, afluído pelo deputado sr. João Nogueira, disse que era um facto que a comunicação social tem alarmado bastante as pessoas para o perigo da mesma chegar a Portugal e a Praia de Mira, dadas as suas características, era zona de risco e a Câmara Municipal estava a tentar diligenciar junto das autoridades de saúde, tendo já havido alguma troca de correspondência, até porque havia estabelecimentos na Praia que vendiam aves oriundas da América Latina e outras zonas do Mundo, tendo-se também diligenciado no sentido de serem retiradas aves que normalmente se encontravam expostas na via pública para venda, por isso a Câmara Municipal não estava alheia ao problema, antes estava atenta. -----

---- A Dr^a. Ana Maria Baião interveio para solicitar ao sr. Presidente da Mesa alguma tolerância relativamente ao tempo de cada intervenção, uma vez que três minutos não era suficientes, por vezes, para algumas intervenções e lembrou que durante os últimos 8 anos que fez parte da Assembleia tinham ali acontecido algumas intervenções muito interessantes e que tinham ultrapassado largamente esse lapso de tempo e, se tivessem sido interrompidas as intervenções, por ultrapassarem o limite de tempo previsto, elas não seriam, seguramente, tão interessantes, pelo que solicitou que, sempre que se proporcionasse, houvesse alguma tolerância, sob pena de se causar algum mal desnecessário. De seguida, lembrou que o sr. Presidente da República, durante aquela semana, tinha manifestado vontade de que se olhasse cada vez mais para o envelhecimento da população e para as respectivas consequências e, também ela, gostaria de levantar a mesma problemática e solicitar à Câmara Municipal que estudasse medidas de apoio à família, estimulantes da natalidade, designadamente, que fosse revista a filosofia do tarifário do consumo de água, a qual, presentemente, era penalizadora para as famílias mais numerosas. Reportou-se, a seguir, à problemática do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

lixo, dizendo que algum não era bem acondicionado nem recolhido, além de que se notava também que a população não estava devidamente informada acerca da recolha selectiva do lixo, exibindo, de uma forma geral, pouca sensibilidade ambiental, pelo que pretendia ser informada sobre o que estava pensado fazer-se nesta matéria. Quanto às obras que ali têm sido debatidas, expressou a sua opinião dizendo que era importante que todos tivessem presente que o País vive uma crise sem precedentes, sendo insustentável que uns construam e depois venham outros e deitem abaixo e assim sucessivamente, pelo que devia haver mais respeito pelos contribuintes e devia também actuar-se com sensatez. -----

---- Verificou-se, de seguida, a intervenção do 1º. Secretário da Mesa, Engº. Calisto Coquim que referiu que era com muito gosto que retomava funções naquele Órgão, depois de volvidos 6 anos. Seguidamente, apresentou algumas questões, começando por se referir ao problema da segurança rodoviária, designadamente na ponte do Cabeço que se encontrava com necessidade de intervenção e, mesmo sabendo que a mesma não era da responsabilidade da Autarquia, havia certamente formas da Autarquia pressionar as entidades competentes para fazerem uma reparação. Outra situação disse ser a iluminação feita no Seixo que se esperava que estivesse a funcionar durante os festejos da Nossa Senhora de Fátima e tal não tinha acontecido até ao momento.-----

---- O deputado sr. Carlos Monteiro interveio para também se mostrar descontente com o espaço de tempo destinado a cada intervenção, sendo necessária uma certa tolerância, sobretudo para certas intervenções de carácter mais técnico. Depois, falou da necessidade de limpeza dos jacintos de água, na Barrinha, recordando que o modo de intervenção no passado tinha arrasado com a zonas sapais e agora já não eram só os jacintos como imensas algas que se encontravam à superfície das águas e provocavam a



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

morte e inúmeros peixes, por falta de luz, pelo que havia necessidade urgente de limpeza. Para concluir, reportou-se à rotunda junto à ponte da Vala das Canas, questionando o fundamento da mesma, se estava previsto algum projecto para sustentar a utilidade da mesma, além de que não existia a parte eléctrica efectuada. -----

---- O deputado sr. Marco Custódio, interveio para agradecer as palavras de acolhimento e de boas-vindas dirigidas aos novos elementos da Assembleia Municipal e fez votos que, ele próprio e os restantes novos elementos venham a ser uma mais-valia. A seguir, reportou-se a um artigo inserto nu jornal regional em que estava estampada a insatisfação dos feirantes, relativamente ao Largo da Feira de Portomar, designadamente ao piso inadequado, ao péssimo escoamento das águas, com o depoimento de uma feirante a referir que aquela era a feira com piores condições do Distrito, sendo isto para si desolador e até uma vergonha, pelo que perguntou se iria ser feito algum esforço no sentido de resolver o problema, pois era triste que se tratasse de uma obra nova, uma obra de raiz e que estava a ser tão ferozmente criticada. -----

---- O sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, referiu-se também à questão dos três minutos, tendo afirmado quer a solução era fazer como ele estava a fazer, isto é, a fazer intervenções faseadamente. Perguntou, depois, se era intenção da Câmara Municipal estabelecer protocolos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, o que está pensado fazer-se para reparar uma ponte existente na vala da Praia de Mira, que constituía um perigo iminente e ainda solicitou a limpeza das valetas na localidade da Barra, do lado poente da estrada, que estavam totalmente assoreadas e a Junta não tinha meios financeiros para efectuar o serviço. Por fim, falou na electrificação de alguns locais da freguesia, alguma dela pouco necessária, como a da estrada da Lagoa à Praia e também nalgumas artérias desta vila, pouco utilizadas, ao



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

contrário da rua que passa nas traseiras das escolas primárias para qual já solicitou inúmeras vezes a electrificação, sendo muito necessária a sua electrificação para as pessoas que ali vivem. -----

---- O 2º. Secretário da Mesa, sr. Paulo Reigota interveio para alertar para o estado em que se encontra o circuito de manutenção existente ao lado do Parque de Campismo da FAOJ, onde estava a ser despejado todo o tipo de lixo, ferralha, etc. e também para a necessidade de serem colocadas nas entradas do concelho placas alusivas à geminação de Mira com Lagny-Sur-Marne, em retribuição, aliás, do que existia naquela localidade Francesa. -----

---- Nesta altura dos trabalhos, o sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro deu conhecimento aos senhores deputados do boletim de inscrição para os eventuais interessados no XV Congresso da ANMP, que decorrerá de 9 a 10 de Dezembro, no Porto, também de envelope emanado da Câmara Municipal para cada grupo parlamentar, contendo os termos e a palavra-passe de acesso à página da Câmara Municipal na Internet e ainda o boletim da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

---- Prosseguiram os trabalhos com a intervenção do sr. Presidente da Câmara que tentou dar resposta às questões colocadas anteriormente, desde logo, pela srª. Deputada Drª. Ana Baião, relativamente ao tarifário do consumo da água, o envelhecimento da população, etc., tendo começado por dizer que essas eram preocupações do seu dia-a-dia e que se iria tentar melhorar, na medida do possível; que, estava em análise um projecto da Organização Mundial de Saúde, que já esteve reunida com a Câmara Municipal, para dar desenvolvimento a um projecto de habitação e saúde, projecto esse apenas feito em Ferreira do Alentejo, agora em Mira e posteriormente irá ser feito em



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Guimarães, além de ter já sido feito em cerca de 12 ou 14 países; que, pelo que se sabia, era um projecto que tinha dado bons resultados e a Câmara Municipal estava neste momento a fazer a sua análise; que, tudo isto se prendia um pouco com as preocupações manifestadas pela Dr^a. Ana, ligado ao estado das populações e das suas habitações, o que entroncava com as questões de saúde, de que a qualidade da água de abastecimento público fazia, naturalmente, parte; que, quanto às lixeiras, lamentava a sua existência e disse que se iria tentar pôr fim às mesmas, que já se tinha acabado com a lixeira municipal e, presentemente, havia lixeiras clandestinas por todo o lado, na Lentisqueira, na Lagoa, ao lado da pista pedonal, entre outros sítios, na zona do FAOJ, etc.; que, a Câmara tem planeado campanhas de sensibilização intensas para tentar melhorar o estado das coisas, que esse era um trabalho que demorava o seu tempo a produzir efeitos, mas tinha que ser feito e, em último caso, aplicar penalizações, tal como estava previsto na Lei. No tocante às obras iniciadas e depois deitadas abaixo, disse que tudo o que fosse construção teria continuidade em construção e o que não fosse considerado pelo executivo como construção teria que ser reparado e corrigido. Quanto à ponte do Cabeço, disse que era uma preocupação constante, que estavam a ser estabelecidos contactos com as entidades responsáveis pelas estradas e também com o Governo e iria continuar a insistir e a reivindicar para tentar resolver os problemas, designadamente da segurança. Seguidamente, passou a palavra ao sr. Eng^o. Rui Silva, Chefe da Divisão de Obras Municipais, para melhor explicar algumas questões do foro técnico.-----

---- O sr. Eng^o. Rui começou então por explicar que a empreitada de iluminação da Igreja do Seixo, incluía também a iluminação do campo de futebol do Seixo, do cruzeiro do Seixo e do campo de futebol da Lentisqueira, tendo sido solicitado à empresa que a iluminação da igreja ficasse pronta para o fim de semana em que ali



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estaria a imagem da Nossa Senhora de Fátima; que, a empreitada tinha sido iniciada na semana anterior e quase nas vésperas da data pretendida tinha sido solicitada à Câmara Municipal a cedência de uma escada que lhes permitisse o acesso às laterais da torre da igreja, o que foi requerido aos Bombeiros Municipais que, no local, verificaram que a escada que tinham não era suficiente para o trabalho pretendido, pelo que o trabalho não tinha sido concluído a tempo e, depois disso, não tinha sido retomado, pelo que, efectivamente, era uma empreitada que estava a correr mal e a Câmara tinha que tomar posição mediante a atitude da empresa. Em relação à obra do largo da feira de Portomar, disse que existia um problema de entendimento entre os feirantes e o novo projecto ali executado; que, os feirantes continuavam a posicionar-se nos lugares antigos e, assim, havia feirantes que acabavam por se instalar no meio da estrada e outras situações complicadas, sendo necessário um grande trabalho de coordenação que não estava ainda feito; que, no tocante ao escoamento das águas, não tinha sido executado o projecto de saneamento de águas pluviais do largo, pelo que, a esse nível, havia algumas deficiências. -----

---- Ainda na resposta às intervenções anteriores, o sr. Presidente da Câmara disse que sobre a resolução dos problemas ambientais, designadamente dos jacintos na Barrinha, das valas, da limpeza das valetas etc., era um trabalho que tinha que ser coordenado com a Junta de Freguesia da Praia de Mira. Sobre as questões da rotunda da Vala das Canas, assumiu que existiam ali diversos problemas, desde logo a cabina eléctrica que teria que ser retirada, entre outros problemas, mas não havia ainda nenhuma solução definida em concreto. Sobre a preocupação do largo da feira de Portomar, as reivindicações dos feirantes e das populações prendiam-se com problemas de escoamento de águas que tinha que ser resolvido, mas tudo levava o seu tempo, além de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

que havia também necessidade de se adequar a localização das bancas à nova realidade do projecto que, em seu entender, tinha sido um pouco mal planeado e tinha que se corrigir o que estivesse menos bem e melhorado o que ainda fosse possível; que, era para si desagradável ouvir falar em aspectos menos positivos do concelho e o Executivo tudo faria para resolver as situações. No atinente aos protocolos com as Juntas de Freguesia, informou que o assunto iria ser abordado brevemente em reuniões com os Presidentes de Junta, sendo necessário verificar primeiro a disponibilidade financeira da autarquia para poder depois estabelecer-se as parcerias. Referiu, depois, que tinha tomado nota das situações ali apontadas e que careciam de resolução, como a ponte do Bairro Norte, a electrificação da Rua do Alfarelos, na Praia, etc., tudo eram questões que estavam a ser analisadas e que iriam tentar resolver. Quanto à placa alusiva à geminação com Lagny, disse que já tinha dado instruções para que a mesma fosse feita, que era uma lacuna que devia ser corrigida, até porque em Lagny existia já essa referência que era exibida com orgulho e merecia ser retribuído.-----

---- O deputado sr. Luís Filipe Barreto, solicitou que o técnico municipal, Engº. Rui Silva, explicasse de forma objectiva, quais eram os problemas técnicos associados à empreitada de execução do Centro Comunitário da Presa e também da obra do saneamento.-----

---- O referido técnico, autorizado a intervir, esclareceu que, relativamente ao saneamento, o mesmo estava executado, com excepção dos ramais de águas pluviais, seguindo-se agora a pavimentação com pavê e, por se tratar de um investimento grande que o empreiteiro teria que fazer, que era a compra do pavê, ele estava à espera que o novo Executivo tomasse posse e tinha tido uma reunião de obra com ele em que lhe tido dito que a obra era para avançar. Para além disso, tinha também sido adquirida uma



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ETAR compacta, para instalar na vala da Presa, a qual não estava prevista na empreitada, para permitir que o saneamento que estava já executado pudesse entrar em funcionamento, o mais brevemente possível. -----

---- Por esta altura, eram cerca de 16:30h quando o sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o período de “antes da ordem do dia”, não sem antes se congratular pela forma como tinham sido acatadas as determinações da Assembleia, que não do sr. Presidente nem da Mesa e, ao mesmo tempo dizer que aquele período de tempo que tinham acordado para as intervenções naquele espaço da reunião, tinha permitido a todos intervir, na medida das pretensões de cada um, sem ter sido ultrapassado demasiado o tempo previamente definido; que, para a “ordem do dia” os tempos de intervenção eram outros e não iria, certamente, haver problemas de explanação de ideias e de debate. Seguiu-se, depois, um pequeno intervalo.-----

---- Cerca das 17:00 horas, foram reiniciados os trabalhos, com entrada no **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**:-----

---- **PONTO UM: “Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”**.-----

---- O sr. Presidente da Câmara reportou-se ao Resumo Diário de Tesouraria n.º 218, de 18 de Novembro corrente, o qual acusa em operações orçamentais um saldo no montante de 934.254,93€ (novecentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro euros e noventa e três cêntimos). Disse, depois, que não estava ainda inteiramente por dentro da situação financeira da autarquia, mas começava a perceber que a situação era, de facto, grave; que, quando lhe diziam que a capacidade de



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

endividamento da Câmara Municipal estava esgotada, quando em tempo de crise, estava coarctada a possibilidade de recurso à banca, quando constava que algumas das obras que tinham sido lançadas, não tinham financiamento acautelado, quando a dívida apurada ascendia a cerca de 8 milhões de euros, de facto, era muito preocupante e não valia a pena tentar fugir ao assunto ou criar à volta disso um caso político, porque todos deviam assumir aquela grande preocupação; que, sobre isso, não se devia procurar quaisquer dividendos políticos ou outros, porque era a imagem do concelho que estava em causa e era o concelho que ia perdendo força; que, o que estava em causa era saber, em concreto, com que é que se poderia contar, o que é que se pretendia fazer; que, quando lhe avisavam que os compromissos assumidos absorviam quase na totalidade o orçamento de 2006, começava a ficar deveras preocupado. Referiu-se, ainda à informação relativa à situação financeira da Autarquia, execução do Orçamento, do Plano Plurianual de Investimentos e das Actividades Mais Relevantes e ainda situação de endividamento, bem como aos relatórios da Divisão de Acção Social, Cultura e Desporto e Divisão de Obras Municipais, dando, assim, cumprimento ao previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção.

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para lavrar o seu protesto uma vez que um documento daquela complexidade deveria ter sido enviado com mais tempo de antecedência, para que os Srs. Deputados pudessem ter tido tempo de se debruçar sobre os dados e para os poderem discutir, estarem documentados e preparados para tal. Recordou que numa reunião da Assembleia do ano de 2002, o actual Presidente da Assembleia Municipal tinha também lavrado o seu protesto relativamente à não entrega de documentos a tempo e horas; que, deveria haver alguma coerência na entrega dos documentos para que todos venham preparados para debater os assuntos. Questionou



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ainda o Sr. Presidente da Câmara se poderia fazer-se alguma comparação entre a dívida existente actualmente e a dívida que existia há quatro anos, no final do seu anterior mandato. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António e pegando nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, disse que era de facto complexo dissecar uma situação financeira em 15 dias de mandato mas também não era menos verdade que muitas vezes a informação que se prestava tinha que ser relevante e sem entrar em aspectos muito técnicos gostaria que fosse feito um paralelismo, uma vez que, estavam presentes os serviços técnicos da Câmara; que, tinham sido os serviços da Contabilidade a fazer a mesma informação, na última Assembleia, em Setembro e que reparou que tinham havido algumas mudanças significativas, pena era que não tivessem o documento para que pudesse ser feito o paralelismo, porque algumas informações que não constavam no actual documento poderiam induzir em erro, algumas pessoas menos preparadas; que, não se conseguia saber quais eram os valores que apareciam na rubrica, com carácter plurianual, que transitavam dos exercícios anteriores, nem todas as obras que tinham dotação orçamental e cabimentação; que, existia nos documentos muita informação dispersa e avulsa que podiam induzir em erro a quem estava a fazer uma análise cuidada da questão. Relembrou ainda, o Sr. Presidente da Câmara que tinha defendido uma Auditoria, fosse ela feita por técnicos independentes ou outros; que, era a defesa de quem saía e um grande instrumento de trabalho para quem entrava, evitando equívocos e assim poderia verificar-se de onde vinham realmente todas as lacunas. Disse ainda, que aquele tipo de documentos tinha que ser distribuído atempadamente, porque assim tornava-se muito difícil fazer um estudo rigoroso como todos desejariam. Relativamente ao endividamento e mais concretamente aos empréstimos contraídos em 2002, disse que



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

apenas tinham sido apresentados valores brutos e que gostaria de saber de onde tinham vindo aqueles valores; que, a informação que constava nos documentos não era relevante nem suficiente para que pudesse ser feita uma aferição da real situação porque estavam a englobar situações que vinham de exercícios anteriores. -----

---- Interveio o sr. deputado Pedro Nunes para dizer que tinha tomado nota de quatro pontos chave, nomeadamente endividamento esgotado, obras sem financiamento assegurado, dívida de 8.000.000,00 € e Orçamento de 2006 absorvido; que, gostaria de solicitar ao sr. Presidente que a futura Assembleia viesse munida de dados mais objectivos dos quatro pontos que tinha referido e que partilhava da mesma opinião que o seu colega Dr. Juan Antonino na questão da Auditoria. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que, se tinha havido atraso na entrega da documentação, iria junto dos serviços averiguar a situação para que a mesma não se voltasse a repetir. Relativamente às questões que tinham sido levantadas sobre a Auditoria disse que na situação financeira em que a Câmara se encontrava não seria viável pagar a uma empresa para que viesse efectuar uma Auditoria; que, se esta situação se verificar, tentaria junto do Governo que uma operação oficial e eficaz, viesse fornecer os dados que necessitavam para a questão; que, não estava preocupado com a questão da propaganda sobre o assunto mas sim de informar à Assembleia e arranjar uma forma para que todos percebessem para a poderem enfrentar. Terminou pedindo ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para que a técnica Dr.^a Cristina Morais interviesse no sentido de esclarecer melhor os srs. deputados sobre o assunto. -----

---- Interveio a Sr.^a Dr.^a Cristina Morais para dizer que relativamente à capacidade de endividamento, tinha alguns dados que faziam parte do relatório de prestação de contas do ano de 2004, presente na Assembleia Municipal e que apontava que em 1 de Janeiro



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

de 2005 havia uma capacidade de endividamento utilizada de 92%, excluindo da capacidade de endividamento os empréstimos que tinham sido contraídos até 31 de Dezembro de 2002 para execução de projectos comunitários; que, considerando a totalidade dos empréstimos contraídos, a capacidade de endividamento do Município estaria negativa, com uma taxa de - 9%; que, tinha considerado, uma amortização previsional de 350.000,00 € para fazer o cálculo a 1 de Janeiro de 2005; que, a capacidade real de endividamento seria ligeiramente alterada porque se tratavam de dados previsionais que só no final do ano, quando as contas forem apuradas é que teriam dados mais concretos sobre a real capacidade de endividamento utilizada. Relativamente às informações das taxas de execução e dos níveis de endividamento disse que eram aqueles que resultavam exclusivamente do programa de informática, que traduziam as facturas que estavam registadas na contabilidade, não querendo com isto dizer que não pudesse haver outras facturas que poderiam estar a aguardar conferência pelos serviços técnicos; que, a evolução que se tinha verificado do endividamento de uma a outra Assembleia era precisamente a variação temporal, do tempo em que as facturas tinham sido lançadas na Contabilidade. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou novamente da palavra para dizer que o Sr. Presidente da Câmara não tinha respondido se conseguia, com os dados que tinha e com tão pouco tempo de trabalho, fazer algum paralelismo entre a dívida que existia quando tinha saído da Câmara, há 4 anos, e a actual dívida e o actual endividamento e por outro lado se conhecia a situação Orçamental e as contingências Orçamentais do país e a situação de endividamento das restantes Câmaras Municipais uma vez que era público que quase todas as Câmaras Municipais estavam na mesma situação.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que no esclarecimento que tinha sido dado pela Dr.^a Cristina, os dados limitaram-se a Janeiro de 2005, mas que seria também importante terem conhecimento dos dados de anos anteriores para que pudessem ter visto a execução; que, estavam com deferimento de prazo de onze meses. O relatório que tinha sido distribuído na Assembleia de Setembro tinha algumas anotações que o actual não tinha, ou seja, conseguia dissecar a origem dos fluxos financeiros e agora estava a ser englobado tudo no mesmo saco. Existia alguma informação relevante que não estava ali expressa. -----

---- Usou da Palavra novamente a Dr.^a Cristina Morais que começou por dizer que a forma de cálculo da capacidade de endividamento tinha-se modificado em virtude das restrições orçamentais impostas pelo Estado; que, a capacidade de endividamento tinha sido restringida para metade; que, a capacidade de endividamento antigamente era aferida por três duodécimos dos fundos (geral, coesão e base municipal) ou 20% do investimento do ano anterior. Actualmente era um oitavo dos fundos ou 10% do investimento do ano anterior, sendo dada pela comparação entre o valor de juros e amortização efectuados no ano relativamente ao maior dos limites referidos anteriormente. Relativamente ao exercício de 2001 referiu que a capacidade de endividamento disponível era elevada e que actualmente era negativa, em virtude da contracção de empréstimos e à redução da forma de cálculo da mesma. -----

---- Interveio o deputado sr. Narciso Patrão para dizer que os srs. deputados tinham estado a tentar comparar aquilo que não era comparável, porque como tinha dito a Dr.^a Cristina na sua intervenção, a fórmula dos cálculos tinha sido alterada; que, pouco importava aquilo que já tinha passado o que interessava era aquilo que tinham pela frente. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- O Sr. Deputado Pedro Nunes usou da palavra para dizer que tinha registado com muito agrado a explicação dada pela Dr.^a Cristina Morais; que, tinham ficado perfeitamente esclarecidos pela forma que tinha explicado a alteração das regras. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Eng.^o Carlos Monteiro para dizer que o Sr. Presidente tinha sempre falado da situação actual, os srs. deputados é que tinham falado das dívidas dos anos anteriores. -----

---- Usou da Palavra o deputado sr. Dr. Juan António para dizer que a actual situação financeira da Câmara tinha a ver com todo o trabalho que tinha sido feito nos últimos anos, independentemente de quanto tempo tinha estado cada executivo; que, o sr. Presidente da Câmara tinha relatado a situação financeira e para perceber melhor os valores, tinham achado importante fazer algumas ressalvas, porque era um trabalho de continuidade. Disse ainda que em termos de PIDDAC 2006, Mira acabava por ter, dentro dos Municípios do Distrito, a quinta maior fatia; que, era sinal de que tinha havido algum acautelamento e trabalho. -----

---- O Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que o sr. Presidente da Câmara tinha referido que não estava ali para entrar em questões políticas, mas havia uma questão que se colocava, estando presentes jornalistas e alguma população, que deveria ficar bem clara que quando o sr. Presidente da Câmara tinha referido que a situação da Câmara Municipal estava descontrolada, tendo assim que pedir a intervenção do Sr. Primeiro Ministro, mas que tinham ali chegado à conclusão que pelo contrário, era uma situação que era controlada e que estava controlável; que, não era boa, mas que não era boa em lado nenhum, mesmo nas outras Câmaras porque a crise era geral e com isto as conclusões que deviam ser tiradas era que a situação



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

estava controlada, o problema era que não havia dinheiro, mas que também já não havia nos anos anteriores.-----

---- Interveio novamente o deputado Dr. Juan António para colocar uma questão técnica à Dr.^a Cristina que era no relatório que lhes tinha sido fornecido havia uma parte que se estavam a esquecer os empréstimos contratados e que ainda não tinham sido utilizados; que, era uma capacidade de endividamento que estava implícita, não era actual e como tal poderia ser utilizada; que existiam cerca de 4.489.200,00€ destinados a investimento em que apenas tinham sido creditados em conta 997.600,00€, o diferencial embora não entrasse para a capacidade de endividamento havia uma margem de manobra para se poder utilizar.-----

---- Usou da palavra o sr. Presidente da Câmara para dizer que as informações que tinha era de que a dívida tinha aumentado nos últimos anos na Câmara Municipal e que não compreendia o facto de o Dr. Raul de Almeida achar que era uma situação controlada não ter capacidade de endividamento. Pegando ainda nas palavras do deputado sr. Narciso Patrão disse que o importante era enfrentar a situação no sentido de a melhorar. Para terminar disse que tinha culpabilizado a Dr.^a Cármen Santos, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, pelo atraso na entrega dos documentos e como tal gostaria que a Dr.^a Cármen dissesse alguma coisa sobre a situação porque como não soube ao certo o que se tinha passado poderia ter estado ali a cometer algum erro na culpabilização e para que a situação não se voltasse a repetir. -----

---- Interveio a Dr.^a Cármen Santos para dizer que tinha sido prática de alguns anos para cá os relatórios serem distribuídos em cima da Mesa; que, o relatório não era sua responsabilidade directa, embora lhe coubesse assumir a responsabilidade da não



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

distribuição atempada e que iria fazer todos os possíveis para que a situação não se voltasse a repetir. -----

---- **PONTO DOIS: “Discussão e aprovação do Regimento da Assembleia Municipal nos termos previstos na alínea b) do n.º1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 1 de Janeiro. -----**

---- Interveio o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para dizer que existiam duas alternativas: aceitar o Regimento tal como estava ou então não aceitar e propor alterações. Se fossem propostas alterações existia ainda a hipótese de as alterações serem ligeiras e puderem ser trabalhadas na Assembleia de uma forma racional ou então se os srs. deputados entendessem que as alterações a incluir seriam extensas, teria que se encontrar uma forma que fosse ao encontro de uma solução de alterações mais extensas.

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que em nome da bancada do Partido Social Democrata propunha algumas alterações ao actual Regimento, mas que não seriam para ser feitas em sede de plenário; que, eram alterações de pormenor e que não seria lógico nem produtivo estarem ali a ser feitas e como tal propunham que fosse feita uma comissão constituída com dois elementos do Partido Social Democrata, dois elementos do Partido Socialista e o sr. deputado Carlos Milheirão do MEL, com o compromisso de na próxima sessão trazerem o Regimento corrigido, pronto a aprovar com prévio acordo de todas as bancadas e de todos os elementos da Assembleia Municipal e que até lá vigoraria o actual regimento; que, deveria também fazer parte da comissão a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira dando todo o seu apoio técnico. -----

---- O deputado Eng.º Carlos Monteiro usou da palavra para dizer que tinha estado dentro da elaboração do actual regimento e que fazia sempre parte um elemento da



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Mesa da Assembleia para no caso de haver divergências seria o elemento da mesa a desempatar em termos de votação. -----

---- Usou novamente a palavra o deputado Dr. Raul de Almeida para dizer que na proposta do Regimento que lhe tinha sido enviada, no anexo A, não estavam estabelecidos os tempos, por isso era mais uma razão para que fossem feitas alterações.

---- Interveio mais uma vez o deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que de facto existiam umas lacunas que eram pormenores, mas que globalmente estavam de acordo com o Regimento. -----

---- O sr. Presidente da Mesa da Assembleia usou da palavra para dizer que se iria avançar para a criação de uma comissão que ficaria encarregue de trabalhar o Regimento e que seria entregue com a antecedência devida para que a Mesa o fizesse chegar a todos os srs. deputados. Depois da nomeação feita pelas bancadas dos partidos, disse que a comissão de revisão do Regimento da Assembleia Municipal ficaria constituída pelo Dr. Raul de Almeida, Prof. Luís Lourenço, Eng.º Carlos Monteiro, Prof.ª Elzita Seixas, Sr. Carlos Milheirão, Eng.º Calisto Coquim e pela Dr.ª Cármen Santos. -----

---- **PONTO TRÊS: “Fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos termos da alínea f), n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 1 de Janeiro” -----**

---- O sr. Presidente da Câmara usou da Palavra para dizer que tinha sido uma exigência da Direcção Geral de Contribuição e Impostos para que os prazos fossem cumpridos. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Interveio o deputado sr. Narciso Patrão para uma vez que as taxas se mantinham iguais àquelas que tinham vindo a ser executadas, concordava não vendo nenhum inconveniente.-----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por unanimidade.**-----

---- **PONTO QUATRO: “Eleição do representante das Juntas de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Coimbra, nos termos da alínea b) do art.º 2º. do D.L. n.º 5/91, de 08 de Janeiro”-----**

---- Interveio o deputado sr. Carlos Milheiro para dizer que não seria candidato à eleição em causa.-----

---- Seguiu-se a votação por escrutínio secreto, tendo sido eleito **por maioria** o sr. Mário Manata como representante das Juntas de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Coimbra.-----

---- **PONTO CINCO: “ Autorização, nos termos previstos na parte final do n.º 2, do art.º 18.º do D.L. n.º 197/99, de 08 de Junho, para a Câmara Municipal efectuar obras ou reparações por administração directa até ao montante de 250.000,00 euros.”-----**

---- Interveio o deputado Dr. Juan António para pedir um esclarecimento relativamente à redacção do D.L e à certidão apresentada; que, no D.L não tinha encontrado a especificidade constante na certidão, por obra e por reparação para cada ano económico e que gostaria de saber se dizia respeito a uma obra só, para cada ano civil; que, o texto não estava muito consentâneo com o que tinha encontrado no D.L.-----

---- Interveio o sr. Deputado Pedro Nunes para no seguimento da questão que tinha sido colocada pelo seu colega Dr. Juan António questionar o porquê da elevação do



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

montante de 150.000,00€ para 250.000,00€, para que a Assembleia pudesse ficar bem esclarecida com um exemplo concreto.-----

---- O sr. deputado Dr. Juan António usou novamente da palavra para esclarecer melhor que a sua dúvida era no sentido de que se fosse aprovado nos termos em que estava, apenas estavam a aprovar para uma obra e por ano civil o que na sua perspectiva não estava considerado no D.L.-----

---- Usou da palavra o sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que aquilo tinha sido aprovado pelo Executivo naqueles termos mas que se realmente se confirmasse que estava errado pedia à Assembleia para retirar a questão e voltar ao Executivo; que, se realmente se confirmasse que era por obra e não por ano económico, como tinha dito o sr. deputado e muito bem, com autorização da Assembleia voltaria ao Executivo e voltaria rectificado à Assembleia, contudo gostaria de ver a questão melhor esclarecida pela Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, uma vez que o documento tinha sido feito pela própria.-----

---- Usou da palavra sr.^a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dr.^a Cármen Santos para em primeiro lugar fazer um pedido de desculpas por não ter sido precisa na redacção; que, a redacção resultava da conjugação de dois artigos para além daqueles que tinham sido invocados, nomeadamente o D.L. 197/99 que tinha trazido inovações quanto às competências próprias dos Presidentes da Câmara; que, estes tinham competências próprias para autorizar despesa até 30.000 contos e que se conjugava também com o artigo 22.º n.º6 do D.L. 197/99 de 8 de Junho o qual exigia que se a despesa fosse repartida por dois anos económicos, houvesse autorização da Assembleia Municipal; que, o referido artigo era ainda conjugado como a artigo 29.º n.º2 o qual tinha como valor de referência 50.000 contos, podendo assim a Câmara delegar no



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

Presidente competências até este valor para abrir procedimentos concursais no tocante a empreitadas e não a Administração Directa; que, no tocante à Administração Directa não era exigido um procedimento concursal, sendo realizada com os meios da Câmara.-

---- Interveio o sr. deputado Pedro Nunes para dizer que tinha pedido que fosse exemplificada concretamente uma obra que pudesse ser efectuada até aos 250.000,00€ ou aos 150.000,00€ -----

---- Interveio o sr. deputado Narciso Patrão para dizer que ainda não tinha ficado esclarecido e que questionava se num ano económico poderia ser feita mais que uma obra, desde que não se ultrapassasse os 250.000,00 € ou seria para uma obra e se fosse realizada uma de 250.000,00 € não poderia fazer mais nenhuma; que, na sua opinião poderia fazer as obras necessárias até ao montante referido e que sendo assim a única coisa que haveria a alterar seria a palavra “por obra” para “por obras”.-----

---- Interveio o Sr. Deputado Dr. Juan António para dizer que as palavras do sr. deputado Narciso tinham sido de facto reveladoras porque a questão que tinha sido ali levantada era apenas uma questão de português e de interpretação de Lei.-----

---- Interveio o deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que estavam todos de acordo, podendo ser aprovado ou não, o documento com as devidas rectificações. -----

---- O deputado Dr. Raul de Almeida usou da palavra para dizer que a Bancada do Partido Social Democrata não tinha nada a opor relativamente às alterações a nível de português modificando para obras e reparações por ano económico, tendo sido apenas uma questão do plural das palavras e não uma questão jurídica. -----

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer que tinha depreendido, pelas sugestões da Assembleia que bastaria alterar de “obra” para



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

“obras” e em vez de “reparação” passar a constar “reparações” por cada ano económico que os 250.000,00€ poderiam ser gastos por Administração Directa. -----

---- Seguiu-se a votação, tendo o assunto sido **aprovado por maioria**, com uma abstenção, do deputado sr. Pedro Nunes. -----

---- **PONTO SEIS: “ Nomeação do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação.”**-----

---- Usou da Palavra o sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para dizer que indicava como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação a sr.^a Prof.^a Ana Maria Baião Seabra Ramos. -----

---- **PONTO SETE: “ Eleição do Representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação.”**-----

---- Interveio o deputado Eng.º Carlos Monteiro para dizer que propunha o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, sr. António Cardoso Alberto como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. -----

---- Interveio o deputado Dr. Juan António para, em nome pessoal e não em nome da Bancada, dizer que propunha o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, sr. Carlos Milheirão. -----

---- O sr. Deputado Carlos Milheirão usou da palavra para dizer que aceitava a proposta. -----

---- Interveio também o sr. Deputado António Alberto para dizer que aceitava a proposta que tinha sido feita. -----

---- Seguiu-se a votação, mediante escrutínio secreto, tendo sido **aprovado por maioria** com quinze votos, a designação do sr. deputado Carlos Milheirão para representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
CÂMARA MUNICIPAL

---- Cumprida a ordem de trabalhos da sessão, pelo Sr. Presidente da mesa da Assembleia, foi solicitada ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido **concedida por unanimidade.** -----

---- **ENCERRAMENTO:** -----

---- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----
